

Relator proporrá expurgo

CHRISTIANE SAMARCO

A CPI do Orçamento vai propor a cassação de todos os parlamentares que cometeram crimes e quebraram o decoro parlamentar, mesmo que os delitos não tenham qualquer relação com a Comissão de Orçamento. Um parlamentar que acompanha a montagem do relatório final do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) garante que o relator vai surpreender pelo tratamento duro que dispensará aos envolvidos em irregularidades, independentemente de partidos e da natureza dos crimes praticados.

Magalhães só poderia sugerir a cassação de parlamentares que usaram verbas orçamentárias em proveito próprio, embolsando o dinheiro ou fazendo clientelismo. Mas ele confidenciou a um integrante da CPI que vai pedir punição para todos contra os quais exista prova de enriquecimento ilícito, mesmo que não haja evidências de participação no assalto ao orçamento. Nesta linha, o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) ficará em apuros caso a auditoria que encomendou não explique a origem de US\$ 800 milhões creditados em suas contas nos últimos cinco anos, que não vieram de salário nem da venda de patrimônio. O mesmo vale para o deputado e ex-ministro Ricardo Fiúza (PFL-PE), cuja principal acusação hoje é ter recebido empréstimo favorecido de US\$ 4,9

milhões da Caixa Econômica Federal.

Um político experiente que assessora o relator está convencido de que vai haver um reprise do caso da CPI do PC, instalada para desvendar o esquema de corrupção montado por Paulô Cesar Farias mas que acabou fornecendo elementos para o processo de *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor.

Punição política — “A CPI do Orçamento é tão refém da opinião pública quanto a CPI do PC, pois o clamor da sociedade por Justiça é o mesmo”, diz o parlamentar. Em tese, esta CPI deveria restringir suas investigações aos casos de falta de decoro no exercício do mandato parlamentar, envolvendo irregularidades na destinação, liberação e uso de verbas públicas. Mas a decisão política é de ir muito além.

Como jurista, Magalhães sabe que as CPIs são constituídas com prazos e objetivos determinados. Mas, ressalta o parlamentar que acompanha a elaboração do relatório, a ótica política vai além da técnica legislativa e da questão meramente jurídica. O relator vai descrever datalhadamente o que se apurou contra cada parlamentar, embora sem tipificar o crime cometido. Mas pedirá cassação de sonegadores, corruptos e autores de crimes contra a administração pública.